

A Pílula em Debate: revisão bibliográfica das controvérsias em torno das pílulas anticoncepcionais entre 1960 e 1980¹

Bruna Klöppel² (UFRGS/Brasil)

Palavras-Chave: Contraceção. Feminismo. Controvérsias.

Introdução

Os hormônios contraceptivos foram desenvolvidos nos Estados Unidos nos anos 1950 e comercializados a partir dos anos 1960. Seu desenvolvimento é marcado pela convergência de interesses diversos e à primeira vista contraditórios, que vão desde o controle de natalidade, a eugenia, o neo-malthusianismo, o feminismo, as ciências reprodutivas, a indústria farmacêutica, concepções de gênero e sexualidade, dentre outros (Oudshoorn, 1994; Watkins, 1998; Clarke, 1998; Marks, 2001). A presença de tantos interesses diferentes fez com que a pílula anticoncepcional permanecesse sendo alvo de controvérsias ao redor do mundo mesmo após seu lançamento no mercado.

Esse trabalho, fruto de minha pesquisa de doutorado em Antropologia Social, tem como objeto as controvérsias públicas em torno dos hormônios contraceptivos no Brasil. Enquanto o objetivo mais geral da minha tese é a comparação entre as controvérsias públicas que se deram entre os anos 1960 e 1980 e as controvérsias que vêm se destacando em diferentes mídias desde 2014, nesse artigo, exploro a bibliografia que se dedica às controvérsias entre os anos 1960 e 1980. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica que é base para a organização dos dados produzidos em campo.

As pílulas anticoncepcionais na mídia entre os anos 1960 e 1980

Em 1962, os contraceptivos hormonais, na forma das chamadas “pílulas anticoncepcionais”, chegaram ao Brasil. Para entender as controvérsias desse período, faço uma revisão dos trabalhos que exploram como a mídia trabalhou as principais questões relativa ao consumo da contracepção hormonal no país. Um trabalho importante, nesse sentido, é o artigo de Santana e Waisse (2016), que analisa as

1. Trabalho apresentado na 31^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

2. A autora é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Dra. Fabiola Rohden.

publicações sobre a contracepção hormonal entre 1960 e 1972 publicadas em diferentes veículos de imprensa: *Revista Cláudia* (única voltada ao público feminino), *Jóia*, *Seleções do Reader's Digest*, *Realidade*, *Manchete*, *Veja* e os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

As autoras verificam que, antes mesmo da chegada da pílula anticoncepcional no país, entre 1960 e 1962, pelo menos quinze matérias faziam referência aos “revolucionários contraceptivos do futuro”, todos no contexto de uma preocupação com a explosão demográfica, perigo a ser combatido. (Santana e Waisse, 2016, p. 206) O controle de natalidade, já desde a década de 1950, vinha sendo defendido em associação ao neomalthusianismo, que entendia que o aumento da população impedia o desenvolvimento econômico e social. Nesse quadro, os chamados, à época, países de terceiro mundo, dentre eles o Brasil, eram entendidos como foco principal desse “problema”. (Alves e Corrêa, 2003)

Nesse sentido, ainda, a contracepção hormonal era também apresentada como uma forma de combate ao aborto, colocando-o no mesmo patamar de problema a ser combatido que os “nascimentos descontrolados” (Santana e Waisse, 2016, p. 206). Ao longo dos anos 1960, discursos religiosos e jurídicos foram mobilizados na defesa da pílula como arma contra o aborto (Santana e Waisse, 2016, p. 209).

Além disso, é importante ressaltar que a disseminação do uso da pílula anticoncepcional, bem como seus discursos associados, aconteceu de forma diferente entre as classes baixas e as médias/altas. Entre as primeiras, a *Bem-Estar Familiar no Brasil* (BEMFAM), instituição filiada à *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), foi essencial. Segundo Délcio da Fonseca Sobrinho (1993), a semente dessa instituição foi plantada em 1961, no contexto da Aliança para o Progresso, na qual o Brasil se comprometeu a fazer esforços para reduzir o índice de nascimentos em troca de empréstimos que visavam ao desenvolvimento socioeconômico do país.

Foi apenas em 1965, no entanto, na XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, que a BEMFAM foi formalmente criada. Sua criação foi justificada tanto em termos da necessidade do controle populacional para fins de desenvolvimento como do combate ao “aborto criminoso”, a partir do qual conseguiu relativo apoio da Igreja. Quanto à sua atuação, Fonseca Sobrinho escreve que “mais que distribuição de pílulas ou DIUs, seu grande produto foi este: a construção de um discurso de convencimento,

de uma ideologia justificativa do planejamento familiar” (Fonseca Sobrinho, 1993, p. 106). A BEMFAM veiculava suas ideias entre jornalistas, médicos, políticos, economistas, dentre outros, aumentando a penetração do discurso controlista. Organizou diversos simpósios e palestras em diversos estados brasileiros. Apesar de enfrentar bastante resistência em todos os meios nos quais tentou penetrar, pode-se dizer que teve bastante sucesso. Segundo Santana e Waisse:

(...) a missão da BEMFAM era combater essa prática [o aborto] e oferecer aos menos favorecidos a oportunidade de controlar o número de filhos, propiciando informações e orientação sobre meios modernos de planejamento familiar para multidões de casais pobres. As unidades contavam com doações e com o apoio técnico da IPPF, promovendo encontros, congressos e outros eventos. O atendimento gratuito (...) aos poucos foi se espalhando pelas capitais do país, em parceria com algumas prefeituras e instituições religiosas protestantes. Para 1971, 60 dessas unidades estavam distribuídas por todo o país. (Santana e Waisse, 2016, p. 209-210)

Enquanto esses argumentos visavam principalmente às classes mais baixas, outro discurso passou a ser mobilizado em torno das classes médias e altas. Tratava-se da ideia de que “casal consciente adota contraceptivo”, que passou a predominar na mídia, a partir de 1964, sobre a preocupação em torno da explosão demográfica. Esse fenômeno se relaciona, em grande medida, ao período de depressão que a economia entrou no ano da chegada da pílula ao país. No período seguinte, também, novos laboratórios vieram ao Brasil e, com a importação de matéria-prima, também passaram a produzir pílulas, tornando seus preços mais acessíveis. (Santana e Waisse, 2016, p. 208)

Mais especificamente sobre as controvérsias religiosas em torno da contracepção hormonal, alguns argumentos funcionaram melhor que outros na sua defesa. Enquanto a explosão demográfica tendia a ser denunciada como mito por representantes da Igreja Católica, o combate ao “aborto criminoso” acabou por convencer algumas personalidades importantes ligadas ao catolicismo e ao protestantismo. A pílula, em certa medida, era mais fácil de ser defendida que o dispositivo intrauterino de cobre (DIU), considerado abortivo pela Igreja. Ainda na defesa da contracepção hormonal, alguns religiosos argumentavam que a pílula “imita a natureza”, “reproduz as condições naturais de infecundidade” e que nada tem de “antinatural” e, portanto, não poderia ser consideradas ilegítima (Santana e Waisse, 2016, p. 213). Apesar dos protestos, a Igreja Católica manteve sua posição proibitiva em relação às pílulas na Encíclica *Humanae*

Vitae de 1968 e a mantém até hoje. Segundo Santana e Waisse, “o discurso religioso foi paulatinamente perdendo fervor, as discussões foram tornando-se menos acaloradas, até praticamente desaparecerem” (2016, p. 214).

Quanto aos aspectos propriamente científicos da pílula anticoncepcional, seus efeitos colaterais, riscos e benefícios passam a ser mais efetivamente citados na mídia brasileira depois de 1968. Como explicam Suzanne Junod e Lara Marks (2002), foi apenas depois do escândalo da talidomida, no início dos anos 1960, que estudos epidemiológicos começaram a ser desenhados para estudar a ligação entre a pílula e os efeitos colaterais. A primeira publicação que liga a pílula à trombose via dados epidemiológicos foi feita por cientistas britânicos em 1967 (Junod e Marks, 2002, p. 156-157), ainda que relatos clínicos de coágulos e trombose já tenham sido registrados desde 1961 (Junod e Marks, 2002, p. 153-154). Esse estudo teve uma repercussão importante nos Estados Unidos e na Inglaterra, fazendo com que debates acalorados em torno da segurança da pílula em ambos os países (Junod e Marks, 2002, p. 156-157).

Não se trata aqui de relatar aqui todas essas repercussões, mas é importante mencionar o “comitê parlamentar de inquérito” em torno da segurança das pílulas instaurado no senado dos Estados Unidos em 1970. Em 1970, um texto, intitulado “A pílula em debate”, é publicado na revista *Seleções*. O texto traduzido é de autoria da médica Elizabeth Connell, que testemunhou a favor da pílula nas audiências públicas do senado estadunidense (Watkins, 1998; Morgen, 2002). Recuperada por Santana e Waisse, as autoras relatam que o texto diz que, apesar de a pílula não ser proibida, as audiências tiveram como consequências reportagens sensacionalistas e a queda do consumo. (Santana e Waisse, 2016, p. 212)

Antes dos anos 1970, no entanto, já haviam reportagens que tratavam dos efeitos colaterais, dos riscos futuros e dos efeitos psicológicos das pílulas. Uma reportagem da *Veja* de 1969 recuperada por Santana e Waisse diz:

São atacadas por uma serie de associações médicas americanas e inglesas que lhes atribuem responsabilidade parcial em uma longa lista de graves doenças, como trombozes, ataques cardíacos, anormalidades visuais, esterilidade, certas formas de diabetes e mesmo câncer. (O novo tom dos rumores. *Veja*, abril de 1969, p. 48 apud Santana e Waisse, 2016, p. 209).

Por outro lado, havia quem defendesse que nenhum desses riscos eram maiores que os causados pela gravidez (Uma manobra a favor da pílula, *Folha de São Paulo*, janeiro de 1968, p. 20 apud Santana e Waisse, 2016, p. 209). Além disso, uma reportagem da

Seleções de 1966 também recuperada por essas autoras tratava da controvérsia em torno da crença em “efeitos milagrosos” dos hormônios estrógeno e progesterona na feminilidade, sexualidade e bem-estar, com promessas relativas à manutenção/retorno da juventude. A reportagem citava preocupações dos médicos que participavam de um congresso de ginecologia e obstetrícia realizado em Boston. Ainda que defensores do uso da pílula, eles entendiam que as pacientes estavam superestimando os efeitos dos hormônios. (Bom senso e a ‘pílula da feminilidade’, *Seleções*, novembro de 1966, p. 62 apud Santana e Waisse, 2016, p. 207) Segundo Santa e Waisse, “essa crença era promovida em anúncios, assim como propagandas de cremes para rejuvenescimento” que também encontravam nas mídias pesquisadas. No entanto, relatam que tais propagandas desapareceram na década de 1970, junto com o aparecimento de críticas mais acentuadas aos contraceptivos. (Santana e Waisse, 2016, p. 207) Relatam, ainda, que, muitas vezes, as reportagens traziam informações confusas e até contraditórias:

Umam garantiam que ela aguçava a sexualidade feminina, outras que causava frigidez, ou que afetava o homem, desorientava, engordava, causava neuroses, colaborava com a pornografia e com o aumento das doenças de transmissão sexual. (Santana e Waisse, 2016, p. 211)

Depois dos anos 1970, no entanto, a pílula chegou a ser comparada com o cigarro, no sentido de ser condenada por todos “a não ser pelos que ainda acreditam que há prazeres que vale qualquer risco” (Cuidado é pílula, *Veja*, janeiro de 1970, p. 52 apud Santana e Waisse, 2016, p. 212) Convivia com essa constatação – de que a pílula apresentava problemas – uma expectativa de que novas formulações poderiam melhorar o quadro de alternativas contraceptivas (vacinas, implantes, outras formulações de pílulas). Continuava-se, portanto, a se defender a contracepção e sua imprescindibilidade para o casal (Santana e Waisse, 2016, p. 212).

Por fim, as autoras ainda destacam outro tipo de reportagem que se referia à pílula como símbolo de uma revolução no estilo de vida das pessoas, que teria sido expressa em livros, filmes, peças de teatro e músicas. As autoras citam apenas uma reportagem com uma entrevista com um sociólogo brasileiro, Sergio Lemos, tratando desse tema no país. Lá ele defende que a “revolução sexual” não iria além das cidades grandes e que levaria muitos anos para que ideias antigas fossem de fato modificadas. (A escalada sexual, *Realidade*, outubro de 1969, p. 26-29 p. 27 apud Santana e Waisse, 2016, p. 211). Segundo as autoras, no entanto, “a mídia, baseada mais nos

acontecimentos internacionais, apresentava a pílula como atrelada a tal rebeldia e, neste sentido, ela era o símbolo da revolução sexual.” (Santana e Waisse, 2016, p. 211)

Feminismo, medicina e pílula

Pamella Pereira (2016), debruçando-se especificamente sobre a revista *Cláudia*, mostra como, ao longo dos anos 1970, a articulista Carmem da Silva se engaja na crítica às pílulas anticoncepcionais desde uma perspectiva feminista. Pereira argumenta que, na maior parte do período entre os anos 1960 e 1980 – período o qual ela analisa – o posicionamento da revista foi pró-pílula. As exceções estão apenas nos artigos de Carmem da Silva (Pereira, 2016, p. 87-91). Carmem é reconhecida pela bibliografia sobre imprensa no Brasil como uma voz feminista em uma revista com tendências conservadoras (Costa, 2010, p. 192).

Em relação à contracepção, sua posição é interessante porque vai um pouco além das críticas que são mais recorrentemente associadas às feministas da época. Opondo-se ao controle de natalidade implementado no país, ainda que não oficialmente, e por razões de resistência ao regime ditatorial, próximo à Igreja Católica, o movimento feminista estava mais próximo do bloco que se convencionou chamar de “anticontrolista” (Fonseca Sobrinho, 1993). Joana Maria Pedro (2003), em artigo, afirma:

Assim, ao ressurgir o movimento feminista no Brasil em meados dos anos setenta, tornou-se inicialmente e em razão das circunstâncias aliado da Igreja Católica na crítica aos contraceptivos hormonais, chegando inclusive algumas vezes a repetir alguns dos discursos da Igreja Católica, coisa impensável no movimento feminista europeu. Afinal, este era o espaço abrigado do terrorismo de Estado implantado com o Golpe Militar de 1964, no interior do qual muitas militantes feministas ganharam lugares de proteção, discussão e articulação. De forma sintética sobre os novos métodos contraceptivos, o movimento feminista afirmava: a) que a solução para o problema demográfico era o desenvolvimento econômico com justiça social; b) que os métodos artificiais disponíveis traziam problemas de saúde; c) que as políticas do Estado em relação à natalidade visavam ao corpo das mulheres e pretendiam acabar com a miséria, não deixando nascer os pobres. Algumas, todavia, criticavam apenas a falta de acompanhamento médico no uso de contraceptivos. (Pedro, 2003, p. 254)

Nesse contexto, os artigos de Carmem da Silva se destacam por tratar não só de críticas às aspirações controlistas das políticas públicas e aos efeitos colaterais das pílulas, mas têm como foco principal a autonomia e o poder de decisão. Para a

articulista, a pílula era, sobretudo, um novo modo de controle sobre os corpos das mulheres. Ela escreveu ao longo dos anos 1970:

Temos escasso poder de decisão sobre nossas próprias funções reprodutoras: elas são administradas e legisladas por uma sociedade de homens, sem que ninguém nos consulte. Na classe média, a maternidade da mulher solteira acarreta problemas graves e traumatizantes. O aborto é crime, a contracepção está sujeita a intenso controle; algumas de suas formas são proibidas. E apesar de todos os avanços da ciência, ainda não se conseguiu uma pílula anticoncepcional que seja realmente inócua para o organismo. (Cláudia, Novembro, 1974, p. 131 apud Pereira, 2016, p. 87-88)

A verdade é que nossa 'missão divina' está ciosamente regulamentada pelos homens. É sublime ser mãe, mas sobre a mãe solteira recai o peso da condenação social, em geral acompanhada de obstáculos concretos para ganhar o sustento próprio e dos filhos. O direito de escolher o número de filhos e a oportunidade de tê-los - ou seja, a maternidade como escolha consciente e livre - é vedado à mulher pobre. Os anticoncepcionais mais seguros só são acessíveis às de classe econômica desafogada; seu uso, entretanto, provoca muita angústia, pela ameaça de perigosos efeitos colaterais. (Claudia, Outubro de 1977, p. 228 apud Pereira, 2016, p. 89)

“A PÍLULA: UM PASSO EM FALSO PARA A LIBERDADE. O temor à superpopulação mundial, por exemplo, apressou o lançamento da pílula anticoncepcional (aliás, parece que nem houve tempo de torná-la inofensiva à saúde). Esta por sua vez, ao dissociar a sexualidade feminina da maternidade, veio outorgar, pelo menos em teoria, maior espaço de liberdade à mulher: consequência indesejada mas inevitável, que exigia uma revisão dos velhos códigos. Era preciso modernizar a fachada, mas sem abrir mão dos freios e restrições que garantem ao homem o domínio sobre a sexualidade feminina. Tratou-se, pois, de regulamentar novos comportamentos antes que a mulher percebesse sua chance e começasse a tomar liberdades por sua própria iniciativa.” (Claudia, Novembro, 1977 p. 51 apud Pereira, 2016, p. 90)

Essas temáticas relativas à sexualidade, aborto e contracepção eram pouco tratadas pelo feminismo liberal e marxista, predominantes na época no Brasil. Nesse sentido, as questões de Carmem se aproximavam daquelas presentes no feminismo radical, que se disseminou com o movimento de autoajuda feminista e seus grupos de promoção do aumento da consciência. Tais grupos tiveram início nos Estados Unidos, mas acabaram se espalhando por diversas partes do mundo.³ Carmem da Silva também se envolveu na

3. Essa vertente do feminismo, que teve início no fim dos anos 1960 nos Estados Unidos, contrapunha-se ao que se entendia como um monopólio do conhecimento sobre o corpo feminino por parte de especialistas em sua maioria homens. Focando principalmente em questões de saúde, discutia-se “tópicos como sexualidade, contracepção, aborto, gravidez e parto, bem como os sentimentos das mulheres em relação a eles” (Thayer, 1999, p. 205). No Brasil, esses grupos começaram a aparecer em 1972 e os primeiros foram formados por mulheres inspiradas em grupos que conheceram em viagens aos Estados

denúncia de coação ao uso de contraceptivos, produzindo um relatório na revista sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), a CPI da Mulher de 1978, que se dedicou a esse e outros temas (Carmem da Silva, Claudia, Março, 1978 p. 157 apud Pereira, 2016, p. 91).

Pamella Pereira (2016) conclui que, com exceção dessa fase nos anos 1970 no qual a articulista feminista teve bastante espaço, o posicionamento da revista foi, em geral, pró pílula. Segundo a autora:

Nos primeiros anos, houve uma aposta na introdução da contracepção hormonal como algo perfeitamente adaptável às tradições. Associações da pílula com a fertilidade, gravidez e feminilidade insinuavam que o medicamento era uma ferramenta de auxílio para as famílias, e restrito ao uso conjugal. As potencialidades libertadoras do medicamento não são exploradas, a fim de não despertar os opositores. (Pereira, 2016, p. 97)

Depois de 1978, a autora argumenta que o debate voltou a se estagnar e, sem grandes polêmicas, os riscos foram sendo naturalizados e considerados mínimos quando em comparação aos benefícios, e os efeitos colaterais entendidos como controláveis quando com acompanhamento médico (Pereira, 2016, p. 92-93) Depois das críticas, no entanto, outros métodos anticoncepcionais passam a ser apresentados ao lado da pílula. Nesse sentido, a necessidade de utilização de ao menos um contraceptivo passa a ser considerada obrigatória e, nesse contexto, a alta eficácia da contracepção hormonal acaba sendo sublinhada. Ademais, os laboratórios começam a investir em versões de contraceptivos com menores doses hormonais e em outras combinações, a fim de resolver parte dos efeitos colaterais. A autora aponta que essas mudanças levaram à retomada da posição de destaque da pílula na revista e contribuíram com o argumento de que os riscos seriam controlados e previsíveis. (Pereira, 2016, p. 99)

Importante destacar que nesses posicionamentos pró-pílula, os principais protagonistas das reportagens são os médicos, em geral, homens. Pereira (2016) conclui que a revista mediava a relação entre médicos e mulheres, indicando os primeiros como a solução para todos os problemas associados à pílula. Além disso, é aos médicos que se atribui a autoridade para decidir e indicar o método anticoncepcional que a mulher deve

Unidos ou à Europa. Segundo Céli Regina Pinto, “eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. Mesmo com estas características, em alguns casos chegaram a promover atividades públicas importantes.” (PINTO, 2003, p. 49) Além disso, também é importante lembrar que foi desses grupos que vieram o principal movimento de crítica à pílula anticoncepcional quando as audiências em torno da segurança das pílulas é instaurado no senado dos Estados Unidos em 1980.

usar. (Pereira, 2016, p. 97-98) As críticas e desconfianças advindas das mulheres, quando apareciam, eram, em geral, desautorizadas. (Pereira, 2016, p. 94).

O trabalho de Tânia Dias e colaboradores (2018) mostra como as matérias do jornal *O Globo* nas décadas de 1960 e 1970 seguem no mesmo sentido, reafirmando a centralidade dos médicos na contracepção, através da orientação, prescrição e controle do uso. Aqueles que defendiam a pílula, segundo as autoras,

(...) não negavam de modo absoluto os riscos potenciais dos produtos, mas os efeitos “secundários”, para eles, eram temporários, de menor importância, não representando riscos aumentados e permanentes à saúde feminina. Para alguns, grande parte dos efeitos era de origem psicossomática, “males menores” que podiam ser comparados àqueles da gravidez e da menstruação. (Dias et al, 2018, p. 7)

A relação entre a classe médica, movimento feminista e políticas estatais segue outros caminhos na década de 1980. Com o movimento feminista mais consolidado e o início de certa abertura política, o “eixo político principal da luta feminista neste tema desloca-se da denúncia (de 1980 a meados de 1983) para reivindicações dirigidas aos aparelhos de saúde do Estado, após 1983.” (Régis, 1991, p. 53) Progressivamente, o planejamento familiar vai deixando de se referir ao “problema demográfico” ou econômico para se referir a questões de saúde e direitos reprodutivos.

Considerações finais

Essa breve revisão dos principais debates em torno da contracepção hormonal no Brasil entre a década de 1960 e 1980 tem como objetivo a criação de um quadro com o qual possam ser comparadas as recentes controvérsias em torno da contracepção hormonal que têm surgido em diferentes mídias no país desde 2014. Entre 1990 e 2014, os hormônios anticoncepcionais passaram a ser promovidos em seus efeitos extracontraceptivos: controle da menstruação e da tensão pré-menstrual, diminuição da oleosidade da pele e cabelo, diminuição de pelos, dentre outros (Nucci, 2012; Watkins, 2012). Desde 2014, no entanto, a segurança da contracepção hormonal voltou a ser questionada publicamente, tornando-se alvo de controvérsias tanto na mídia tradicional quanto nas novas mídias sociais. Tendo em vista as pesquisas que indicam a centralidade dos hormônios nas explicações sobre corpo, gênero, sexualidade e saúde, verifica-se que há, por um lado, um aumento da propaganda e da prescrição de substâncias à base de hormônios para resolução de supostos problemas (Rohden, 2016; 2018) e, por outro, há um aumento da desconfiança em relação ao consumo desses

mesmos hormônios, o que tem feito diversas mulheres jovens escolarizadas de classe média interromperem o uso da contracepção hormonal e se tornarem bastante críticas a ela (Klöppel, 2017; Santos, 2018).

Essa revisão bibliográfica sobre as controvérsias públicas que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1980 me permitem formular questões mais específicas para as controvérsias recentes que tenho acompanhado na mídia, em grupos de *Facebook*, em congressos de ginecologia e em entrevistas com médicos e médicas. Quais as semelhanças e diferenças? O que fez com que a contracepção hormonal voltasse a ser questionada em sua segurança? O debate sobre controle de natalidade desapareceu de fato? Como a autoridade médica sobre a contracepção tem sido pensada na atual controvérsia? Qual a relação, hoje, entre feministas, a classe médica e o Estado? Questões religiosas são ainda centrais para pensar a contracepção hormonal? E como aparece o dilema naturalidade/artificialidade dos artefatos hormonais? Houve desenvolvimentos em relação à segurança ou alternativas contraceptivas? Essas são algumas questões que a comparação nos coloca e que precisam ser trabalhadas nas próximas etapas da pesquisa.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José; CORRÊA, Sônia. Demografia e Ideologia: Trajetos Históricos e os Desafios do Cairo+10. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 20, n. 2, p. 129-156, 2013.
- CLARKE, Adele. *Disciplining Reproduction*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1998.
- COSTA, Maria Paula. As histórias de uma “senhora de respeito”: Carmen da Silva e sua presença na seção “A arte de ser mulher”. *CEDAP*, v.6, n.2, p. 182-206, dez., 2010
- DIAS, Tânia Maria et al. “Estará nas pílulas anticoncepcionais a solução?” Debate na mídia entre 1960-1970. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3, e46020, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300203&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 05 nov. 2018. Epub06-Set-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n346020>.
- JUNOD, Suzanne; MARKS, Lara. *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, Volume 57, Issue 2, 1 April 2002, pp. 117–160.

- FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fnuap, 1993. p. 81-95.
- KLÖPPEL, Bruna. Aparatos de produção subjetivo-corporais nas práticas de percepção da fertilidade. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MANICA, Daniela Tonelli. *Contraceção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil.
- MARKS, Lara. *Sexual chemistry: a history of the contraceptive pill*. EUA: Yale University Press, 2001.
- MORGEN, Sandra. *Into our own hands: the women's health movement in the United States, 1969-1990*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2002.
- NUCCI, Marina. Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade. *Sexualidade, Salud e Sociedad*, n. 10, abril/2012, pp. 124-139.
- OUDSHOORN, Nelly. *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. London: Routledge, 1994. OUDSHOORN, Nelly. *The male pill: a biography of technology in the making*. Durham: Duke University Press, 2003.
- PEDRO, Maria Joana. A Experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Rev Bras História*. 2003; 23 (45): 239-260.
- PEREIRA, Pamella Liz Nunes. Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista *Cláudia* no período de 1960 a 1985. Dissertação de mestrado. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Rio de Janeiro, 2016.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RÉGIS, Isabel. “Contraceção no dizer feminista”. In *Revista de Ciências Humanas*, vol. 9, nº10, 1991, pp.43-71.
- ROHDEN, Fabíola; VECCHI, Fernanda. Desvendando sexos, produzindo gêneros e medicamentos: a promoção das descobertas científicas em torno da ocitocina. *Cadernos Pagu*, n. 48, 2016. ROHDEN, Fabiola. “Os hormônios te salvam de tudo”: produção de

subjetividades e transformações corporais com o uso de recursos biomédicos. *Mana*, v. 24, n. 1, pp. 199-229, 2018.

SANTANA, Joelma Ramos; WAISSE, Silvia. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, jul/dez 2016.

SANTOS, Ananda Cerqueira Aleluia dos. “Adeus, hormônios!”: concepções sobre corpo e contracepção na perspectiva de mulheres jovens. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

THAYER, Millie. Feminismos viajantes: da mulher/corpo à cidadania de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 12, 1999, pp. 203-249.

WATKINS, Elizabeth Siegel. *On the Pill: A Social history of oral contraceptives, 1950-1970*. JHU Press: Baltimore and London, 1998.

WATKINS, Elizabeth. How the Pill Became a Lifestyle Drug. *American Journal of Public Health*, vol. 102, n. 8, August/2012